COTAÇÃO

COTAÇÃO DTVM S/A
www.cotacao.com.br
CNPJ: 17.354.911/0001-10
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.092
18º andar | São Paulo - SP
CEP: 01451-000
Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

A instituição

A Cotação DTVM, empresa do Grupo Rendimento, está presente no mercado de câmbio turismo desde 1989, com matriz em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realiza operações de compra e venda de papel moeda, cartão pré-pago internacional, envio e recebimento de recursos do exterior e pagamento de contas em qualquer lugar do mundo de natureza comercial e financeira, com segurança e comodidade para mais de 2 milhões de clientes.
A Cotação DTVM detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO 9001), evidenciando a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes, em suas viagens ao exterior, com agilidade e eficiência.

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A Cotação DTVM mantém estrutura de Governança Corporativa, integrada ao Grupo Rendimento e alinhada às melhores práticas, através de modelos consolidados pela ética, transparência e conduta respeitosa no relacionamento com os acionistas, clientes e parceiros, abrangendo as Áreas de Riscos e Compliance, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com rotinas e procedimentos de Controles Internos e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.
A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações nas operações de câmbio, bem como subsidia a gestão de liquidez da Instituição. Os procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos da Cotação DTVM e em conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e Bacen.
Esses mecanismos de gestão estão em contínuo aprimoramento e são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios.
A Diretoria de Riscos e Compliance Corporativa é responsável pela definição de políticas, diretrizes, medidas estratégicas e manutenção da estrutura de Riscos e Governança, bem como pelo acompanhamento do cumprimento e conformidade com as obrigações legais previstas.

Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e institucional, o qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente do Grupo Rendimento e Comitê de Segurança da Informação.
O DSI, tem como objetivo principal a proteção da informação de forma a preservar sua confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade dando sustentabilidade ao negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos e oportunidades. O Departamento atua nos pilares da Segurança da Informação balanceando os fatores de riscos, tecnologia, processos, pessoas e custos.
Com o objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base seguir as melhores práticas de mercado com o seguinte escopo de atuação: Programas de conscientização de colaboradores, criação e revisão de Políticas de Segurança, procedimentos de *hardening*, criação de metodologia para desenvolvimento seguro, revisões periódicas de perfis de acesso, testes periódicos de segurança em infraestrutura e aplicações, auditoria de software, controles de segurança em projetos novos, classificação da informação, criptografia de informações, monitoramento de ativos e regras de negócios, análise de riscos de segurança, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.
Todas essas atividades são amparadas por um Sistema de Gestão de Segurança da Informação, o qual é planejado, revisado e apresentado para a alta direção em reuniões periódicas do Comitê de Segurança.

Plano de Continuidade de Negócio

A Cotação DTVM conta atualmente com uma estrutura de pessoas e processos para Gestão de Continuidade de Negócios (GCN). Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regularmente os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar sua eficácia em caso de necessidade.

Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Cotação DTVM. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Cotação DTVM agradece aos seus clientes e parceiros, pela confiança e, aos colaboradores.

Balanços Patrimoniais
Em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2017	2016
Circulante		**41.575**	**51.801**
Disponibilidades	4	**13.146**	**18.613**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	**11.873**	**11.530**
Aplicações no mercado aberto		11.873	11.530
Outros créditos		**15.273**	**20.675**
Carteira de câmbio	6	5.396	8.531
Diversos	7	9.877	12.144
Outros valores e bens		**1.283**	**983**
Despesas antecipadas		1.283	983
Realizável a longo prazo		**55.811**	**52.863**
Outros créditos		**55.181**	**52.192**
Diversos	7	55.181	52.192
Outros valores e bens		**630**	**671**
Despesas antecipadas		630	671
Permanente		**8.762**	**10.914**
Investimentos		**1.089**	**1.001**
Participações em controladas - no País	8	1.064	976
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso	9	**7.315**	**9.390**
Imóveis de uso		22	22
Outras imobilizações de uso		26.236	25.852
(Depreciações acumuladas)		(18.943)	(16.484)
Intangível	9	**358**	**523**
Ativos intangíveis – outros		863	857
(Amortização acumulada)		(505)	(334)
Total do ativo		**106.148**	**115.578**

PASSIVO	Notas	2017	2016
Circulante		**33.540**	**42.554**
Relações interdependências		**5.561**	**-**
Recursos em trânsito de terceiros		5.561	-
Outras obrigações		**27.979**	**42.554**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.485	1.652
Carteira de câmbio	6	6.509	17.535
Sociais e estatutárias		1.805	-
Fiscais e previdenciárias	10a	3.368	6.815
Diversas	10b	14.812	16.552
Exigível a longo prazo		**44.313**	**40.141**
Outras obrigações		**44.313**	**40.141**
Diversas	10b	44.313	40.141
Patrimônio líquido	13	**28.295**	**32.883**
Capital		**20.000**	**20.000**
De domiciliados no país		20.000	20.000
Reserva de lucros		**8.295**	**12.883**
Total do passivo		**106.148**	**115.578**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados
Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	1º Semestre 2017	1º Semestre 2016
Receitas da intermediação financeira		**50.859**	**56.214**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		754	740
Resultado de operações de câmbio		50.105	55.474
Resultado bruto da intermediação financeira		**50.859**	**56.214**
Outras receitas/despesas operacionais		**(46.778)**	**(46.032)**
Receitas de prestação de serviços	14	7.164	7.831
Resultado de participações em controladas		37	29
Despesas de pessoal	15	(25.311)	(25.079)
Outras despesas administrativas	16	(18.325)	(18.021)
Despesas tributárias	17	(3.701)	(3.968)
Outras receitas operacionais	18	1.880	11.352
Outras despesas operacionais	18	(8.522)	(18.176)
Resultado operacional		**4.081**	**10.182**
Resultado não operacional		**-**	**(280)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**4.081**	**9.902**
Imposto de renda e contribuição social	11	**(1.324)**	**(3.875)**
Imposto de renda		(895)	(2.145)
Contribuição social		(743)	(1.794)
Ativo fiscal diferido		314	64
Participações estatutárias no lucro		**(86)**	**(129)**
Lucro líquido do semestre		**2.671**	**5.898**
Quantidade de ações		**1.856.034**	**1.856.034**
Lucro líquido por ação (em R$)		**1,44**	**3,18**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	1º Semestre 2017	1º Semestre 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	**2.788**	**6.809**
Lucro líquido do semestre	2.671	5.898
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	**117**	**911**
Resultado de participações em coligadas e controladas	(37)	(29)
Depreciações e amortizações	1.362	1.835
Impostos diferidos	(314)	(64)
Constituição/reversão de provisões operacionais	(894)	(831)
Variação de ativos e passivos	**(362)**	**1.356**
Redução/(Aumento) de outros créditos	3.457	(8.805)
Redução de outros valores e bens	141	121
Aumento de relações interdependências	1.020	-
(Redução)/Aumento de outras obrigações	(4.980)	10.040
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	**2.426**	**8.165**
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos		
Alienação de imobilizado de uso	-	57
Redução de diferido	-	12
Aquisição de imobilizado de uso	(471)	(240)
Aplicações no intangível	-	(11)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	**(471)**	**(182)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(1.000)	(1.270)
Pagamento/provisionamento de dividendos	(3.537)	(6.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(4.537)**	**(7.270)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(2.582)**	**713**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	27.601	29.430
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	25.019	30.143
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(2.582)**	**713**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**20.000**	**660**	**13.595**	**-**	**34.255**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	5.898	5.898
Constituição de reserva legal	-	295	-	(295)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	4.333	(4.333)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.270)	(1.270)
Saldo em 30 de junho de 2016	**20.000**	**955**	**11.928**	**-**	**32.883**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**20.000**	**1.233**	**8.928**	**-**	**30.161**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.671	2.671
Constituição de reserva legal	-	134	-	(134)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(2.000)	(1.537)	(3.537)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Saldo em 30 de junho de 2017	**20.000**	**1.367**	**6.928**	**-**	**28.295**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Instituição"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto social a prestação de serviços de transferência de recursos no nível doméstico e internacional, operações de câmbio, cartões pré-pagos internacionais e outras operações ativas e passivas inerentes às corretoras de câmbio. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de agosto de 2017.
3. Sumário das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pre-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras da Cotação DTVM estão representadas em Reais (R$), que é sua moeda funcional de apresentação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **e) Investimento:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável. **f) Imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Cotação DTVM ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens. **g) Intangível:** São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **i) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **j) Operações de câmbio:** São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *"pro rata"* dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **l) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras. **m) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Disponibilidades	13.146	18.613
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	11.873	11.530
Total	**25.019**	**30.143**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2017	2016
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	11.873	11.530
Total das aplicações no mercado aberto	**11.873**	**11.530**

6. Carteira de câmbio

	2017	2016
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	5.396	8.531
Total do ativo circulante	**5.396**	**8.531**
Passivo		
Circulante		
Obrigações por vendas realizadas	6.509	17.535
Total do passivo circulante	**6.509**	**17.535**

7. Outros créditos – diversos

	2017	2016
Circulante		
Devedores diversos - país (i)	5.176	7.829
Impostos a compensar	1.854	3.288
Crédito tributário (Nota 11b)	1.735	-
Outros	1.112	1.027
Total do circulante	**9.877**	**12.144**
Realizável a longo prazo		
Crédito tributário (Nota 11b)	11.228	12.132
Devedores de depósitos em garantia (ii) (Nota 19b)	43.953	40.060
Total do realizável a longo prazo	**55.181**	**52.192**
Total	**65.058**	**64.336**

(i) Refere-se basicamente a saldo de operações de câmbio, liquidadas em D+1.
(ii) Refere-se basicamente aos depósitos judiciais do PIS/COFINS proveniente da Lei nº 9.718/98, alargamento da base de cálculo.

8. Participação em controladas

Action Empreendimentos e Participações Ltda.	2017	2016
Quantidade de cotas possuídas	549.999	549.999
Capital social	550	550
Patrimônio líquido	1.027	947
Resultado líquido do semestre	37	29
Percentual de participação	100%	100%
Saldo do investimento	**1.064**	**976**
Resultado de equivalência patrimonial	**37**	**29**

9. Imobilizado e intangível
a) Imobilizado de uso

	Depreciação Anual - %	2017 Custo	2017 Depreciação Acumulada	2017 Valor Líquido	2016 Custo	2016 Depreciação Acumulada	2016 Valor Líquido
Instalações	10	11.685	(9.131)	**2.554**	11.945	(8.224)	**3.721**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	4.428	(2.259)	**2.169**	4.249	(1.541)	**2.708**
Sistemas de processamento de dados	20	4.657	(3.776)	**881**	4.563	(3.416)	**1.147**
Móveis e utensílios	10	3.116	(2.220)	**896**	3.076	(1.948)	**1.128**
Sistemas de comunicação	10	954	(623)	**331**	948	(534)	**414**
Sistema de segurança	20	1.030	(876)	**154**	1.017	(773)	**244**
Edificações	4	22	(14)	**8**	22	(14)	**8**
Máquinas e equipamentos	20	14	(4)	**10**	12	(3)	**9**
Sistemas de transporte	20	42	(40)	**2**	42	(31)	**11**
Imobilizações em curso	-	310	-	**310**	-	-	**-**
Total		**26.258**	**(18.943)**	**7.315**	**25.874**	**(16.484)**	**9.390**

b) Intangível

	Amortização	2017 Custo	2017 Amortização Acumulada	2017 Valor Líquido	2016 Custo	2016 Amortização Acumulada	2016 Valor Líquido
Gastos com aquisição desenvolvimento de logiciais	20	863	(505)	**358**	857	(334)	**523**
Total		**863**	**(505)**	**358**	**857**	**(334)**	**523**

10. Outras obrigações
a) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Circulante		
Provisão para impostos sobre o lucro	1.638	3.939
Impostos e contribuições sobre salários	1.057	2.125
Outras	673	751
Total do circulante	**3.368**	**6.815**

b) Diversas

	2017	2016
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	7.163	5.994
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 12)	116	116
Credores diversos - País (i)	7.533	10.442
Total do circulante	**14.812**	**16.552**
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (Nota 19b) (ii)	44.313	40.141
Total do exigível a longo prazo	**44.313**	**40.141**
Total	**59.125**	**56.693**

(i) Operações de câmbio liquidadas em D+1
(ii) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações – Diversas". Desta forma, para melhor comparabilidade dos saldos apresentados, o montante de R$ 38.032 da rubrica "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias" em 30 de junho de 2016 foi reclassificado para a rubrica "Outras Obrigações – Diversas" em 30 de junho de 2017.

11. Imposto de renda e contribuição social
a) Conciliação das despesas das provisões do imposto de renda e contribuição social

	2017 IRPJ	2017 CSLL	2016 IRPJ	2016 CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**4.081**	**4.081**	**9.902**	**9.902**
Juros sobre capital próprio	(1.000)	(1.000)	(1.270)	(1.270)
Participação nos lucros (empregados)	(86)	(86)	(129)	(129)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	**2.995**	**2.995**	**8.503**	**8.503**
Adições:				
Perdas de capital indedutíveis	-	-	311	311
Provisão para gratificação	200	200	200	200
Patrocínios e doações indedutíveis	20	20	32	32
Provisão para contingências	522	522	-	-
Outras	43	43	265	277
Total das adições	**785**	**785**	**808**	**820**
Exclusões:				
Reversão de contingências	27	27	192	192
Resultado de equivalência patrimonial	37	37	29	29
Outras	-	-	130	130
Total das exclusões	**64**	**64**	**351**	**351**
Base do imposto de renda e contribuição social	**3.716**	**3.716**	**8.960**	**8.972**
IRPJ / CSLL	(917)	(743)	(2.228)	(1.794)
Dedução de incentivos fiscais	22	-	83	-
Imposto de renda e contribuição social	**(895)**	**(743)**	**(2.145)**	**(1.794)**
Ativo fiscal diferido	174	140	32	32
Total de imposto de renda e contribuição social	**(721)**	**(603)**	**(2.113)**	**(1.762)**

b) Créditos tributários:
Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

	Saldo 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo 30/06/2017
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	10.855	-	(10)	**10.845**
Provisão para contingências	1.094	62	(74)	**1.082**
Provisões diversas a pagar	700	710	(374)	**1.036**
Total	**12.649**	**772**	**(458)**	**12.963**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. A Cotação DTVM não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.
A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Crédito tributário	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	10.845	**10.845**
Provisão para contingências	699	248	135	-	-	**1.082**
Provisões diversas a pagar	1.036	-	-	-	-	**1.036**
Saldo	**1.735**	**248**	**135**	**-**	**10.845**	**12.963**
Valor presente	**1.627**	**229**	**125**	**-**	**9.956**	**11.937**

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R$ 11.937 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

12. Transações com partes relacionadas

	2017 Ativo	2017 Passivo	2017 Resultado	2016 Ativo	2016 Passivo	2016 Resultado
Banco Rendimento S/A						
Depósitos bancários	1.049	-	-	1.882	-	-
Depósitos em moeda estrangeira	7.790	-	-	10.303	-	-
Aplicações no mercado aberto	11.873	-	-	11.530	-	-
Carteira de câmbio	5.396	-	-	8.531	-	-
VTM	-	3.123	-	-	5.761	-
Rendas de aplicações interfinanceiras	-	-	754	-	-	740
Resultado de câmbio	-	-	(531)	-	-	(3.686)
Receita de prestação de serviços	-	-	28	-	-	30
Despesas de aluguéis	-	-	(15)	-	-	(14)
Valores a receber/pagar de ligadas	33	9	-	21	13	-
Total	**26.141**	**3.132**	**236**	**32.267**	**5.774**	**(2.930)**
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.						
Valores a receber/pagar de ligadas	-	107	-	-	103	-
Outras despesas operacionais	-	-	(495)	-	-	-
Total	**-**	**107**	**(495)**	**-**	**103**	**-**

a) Saldo das transações: As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado. **b) Remuneração da Administração:** Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Cotação DTVM. A Cotação DTVM incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2017	2016
Remuneração fixa no semestre	528	483
Encargos sociais	119	109
Total	**647**	**592**

A Cotação não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.
13. Patrimônio Líquido a) Capital social: O capital social é representado por 1.856.034 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais. **b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Em 06 de junho de 2017, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 1.000 referente ao primeiro semestre de 2017 (R$ 1.270 em 2016) calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R$ 450. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria, mediante assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No primeiro semestre de 2017, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$ 2.000 (R$ 6.000 em 2016). **c) Reserva de lucros:** *Legal:* a Cotação DTVM deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. *Outras:* composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

14. Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Câmbio	7.123	7.509
Prestação de serviços – ligadas	29	30
Outros serviços	12	292
Total	**7.164**	**7.831**

15. Despesas de pessoal

	2017	2016
Proventos	14.203	14.174
Encargos sociais	5.076	5.258
Benefícios	5.175	4.953
Honorários	528	483
Outros	329	211
Total	**25.311**	**25.079**

16. Outras despesas administrativas

	2017	2016
Aluguéis	7.147	6.871
Depreciações e amortizações	1.362	1.835
Transportes	1.653	1.344
Condomínio	1.352	1.286
Comunicações	916	1.065
Processamento de dados	1.266	1.009
Serviços de vigilância e segurança	612	732
Conservação e manutenção	826	696
Serviços do sistema financeiro	544	604
Serviços técnicos especializados	479	496
Serviços de terceiros	518	491
Promoções e relações públicas	171	157
Outros	1.479	1.435
Total	**18.325**	**18.021**

17. Despesas tributárias

	2017	2016
PIS/COFINS	2.706	2.990
ISS	356	379
Outras	639	599
Total	**3.701**	**3.968**

18. Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária depósitos (i)	1.607	11.013
Outras	273	339
Total	**1.880**	**11.352**
Outras despesas operacionais		
Atualização monetária de contingências (i)	1.582	10.895
Comissões	5.189	5.395
Custo de carregamento cartões	495	522
Contingências (ii)	88	410
Outros	1.168	954
Total	**8.522**	**18.176**

(i) No semestre findo em 30/06/2016, a Cotação efetuou as atualizações do período inicial até a data base 30/06/2016 dos depósitos judiciais e contingências fiscais, com base nos extratos dos bancos depositários.
(ii) Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2017 e 2016, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** (i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. (iii) *Provisões fiscais* - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo a rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias". O saldo de R$ 41.909 está representado pelo processo de contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências	Fiscais (i)	Trabalhistas	Cíveis	2017 Total	2016 Total
Saldo no início do semestre	**40.428**	**2.406**	**24**	**42.858**	**29.438**
Constituições/reversões	1.481	107	15	1.603	11.169
Pagamentos	-	(133)	(15)	(148)	(466)
Saldo no final do semestre	**41.909**	**2.380**	**24**	**44.313**	**40.141**

Depósitos judiciais	Fiscais (i)	Trabalhistas	Outros	2017 Total	2016 Total
Saldo no início do semestre	**40.818**	**1.364**	**11**	**42.193**	**28.310**
Constituições	1.602	162	-	1.764	12.000
Realizações/reversões	-	(4)	-	(4)	(250)
Saldo no final do semestre	**42.420**	**1.522**	**11**	**43.953**	**40.060**

(i) Valor oriundo das atualizações monetárias das contingências e depósitos judiciais do alargamento da base do PIS e COFINS

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 30 de junho de 2017, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por: • Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R$ 654. • Contestação de contingência sobre depósitos judiciais do alargamento da base de PIS e COFINS, no montante de R$ 512. **d) Órgãos reguladores:** Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Cotação DTVM.
20. Gerenciamento de riscos: Risco Operacional: O gerenciamento do risco operacional compõe-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistema de controle, proporcionais às atividades e negócios realizados na Instituição, os quais viabilizam a sua contínua adequação, à natureza e complexidade dos produtos e serviços explorados pela Instituição. Com base no modelo de controle e gestão implementado são identificados e analisados os eventos de risco operacional que possam resultar em perdas, vinculadas a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados, dentre outros, visando identificar o montante do capital regulamentar necessário para cobertura de eventuais perdas. **Risco de Mercado e Liquidez:** O Gerenciamento de Risco de Mercado se mantém estruturado em conformidade com as políticas internas e dispositivos legais, capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado e cotações dos instrumentos financeiros (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais, variação cambial e renda variável), nas posições detidas pelo Banco Rendimento, com o intuito de permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, mesmo sob circunstâncias adversas. Alinhado ao efetivo controle na gestão do Risco de Liquidez, a Cotação DTVM mantém política austera de monitoramento e contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, abrangendo todas as operações financeiras, bem como possíveis exposições contingentes, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descasamento entre ativos e passivos. **Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo":** A Cotação DTVM conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento, nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins. A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo assegura o alinhamento entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no grupo, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais. **Responsabilidade Socioambiental:** A gestão do Risco Socioambiental na Cotação DTVM tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos e definir as ações, desta natureza, nos respectivos negócios realizados no Grupo, nas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14, bem como observar os procedimentos da Lei Anticorrupção na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética. Os mecanismos de gestão e controle encontram-se devidamente definidos, com base em estratégias e diretrizes aprovadas pelas diretorias e visam disseminar por todo corpo funcional os princípios socioambientais que norteiam o cotidiano de cada colaborador e a efetiva aplicabilidade nas relações de negócios e com clientes, parceiros e fornecedores.
21. Limites operacionais: O índice de Basileia na data-base de 30 de junho de 2017, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, concentrou-se em 14,65% (junho de 2016 – 12,20%).

A DIRETORIA

FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA - CONTADOR - CRC 1RS 067739/0-6 S-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2017.

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3